

os procedimentos de realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta. Diário Oficial do Estado do Pará. N. 35.180, de 08 de novembro de 2022.

PARÁ. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, de 09 de novembro de 2018. Dispõe sobre a utilização do Banco Referencial de Preços pelos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Secretaria de Estado de Administração. Publicada no D.O.E nº 33.743, de 21 de novembro de 2018.

05- Disciplina: Licitações na Administração Pública - 30h/a

Objetivo: Apresentar ao aluno CHO as funcionalidades da comissão de licitações e capacitá-lo para receptionar as informações deste setor a fim de cumprir as atribuições técnicas demandadas.

Conteúdo: Licitação (conceito e finalidades); Contratação direta (aplicação e funcionalidades); Dispensa em situação de emergência e inexigibilidade (aplicação e funcionalidades); Modalidades de licitação (com ênfase nas principais modalidades aplicáveis no CBMPA: pregão eletrônico tradicional e para registro de preços e, concorrência eletrônica); Adesão a Ata de Registro de Preços (conceito, aplicação e funcionalidades); Fase interna da licitação: da minuta de edital ao lançamento do processo (apresentação e funcionalidades); Fase externa da licitação: da divulgação ao resultado final (homologação, anulação ou revogação) (apresentação, funcionalidades, principais erros e dificuldades); Agente de contratação, pregoeiro e equipe de apoio (conceitos e finalidades); Fluxo do processo de compras públicas no CBMPA (da minuta do edital ao resultado final (homologação/anulação/revogação)).

Referencial Bibliográfico:

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, lei de licitações e contratos administrativos; Regulamentações da Lei nº 14.133/2021.

06- Disciplina: Contratos e Convênios na Administração Pública - 40h/a

Objetivo: Fornecer noções necessárias ao aprofundamento de referenciais teóricos aplicados ao campo dos contratos e convênios na administração pública, visando, sobretudo, o despertar de uma consciência administrativa e jurídica afinada para familiarizar os alunos com os procedimentos e práticas que envolvem os contratos na administração do CBMPA, assim como assimilar os principais documentos a serem verificados e elaborados para a celebração de contratos administrativos na corporação de acordo com a legislação vigente.

Conteúdo: 1. Conceito e peculiaridades. 2. Cláusulas exorbitantes. 3. Cláusulas essenciais. 4. Garantias. 5. Execução do contrato. 6. Formas de extinção do contrato administrativo. 7. Contrato de concessão de serviço público. 8. Alteração e extinção da concessão. 9. Função do fiscal de contrato. 10. Principais tipos de contratos administrativos.

Referencial Bibliográfico:

BRASIL. LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília. N. 61-F, p.1, 1 de abril de 2021. Seção 1.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 28 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

PARÁ. DECRETO Nº 870, DE 4 DE OUTUBRO DE 2013. Dispõe sobre a supervisão, fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos, convênios e termo de cooperação firmados pelos Órgãos e Entidades do Poder Executivo do Estado do Pará. Diário Oficial do Estado do Pará. N. 32.496, de 07 de outubro de 2013.

07- Disciplina: Gestão de Compras Pública - 30h/a

Objetivo: Propiciar aos discentes a construção de conhecimentos, metodologias, experiências e procedimentos no que diz respeito às compras públicas, de modo que lhes possibilitem planejar suas aquisições, mitigando os riscos e garantindo maior eficiência ao CBMPA nas contratações de bens e serviços comuns.

Conteúdo: 1. Contextualização das compras públicas, Compras públicas: propriedades, elementos e conceitos, A função e o processo das compras públicas; 2. Instrumentos de compras públicas, Visão multidimensional das compras públicas; 3. O Estado consumidor, Comprando "melhor": o desenvolvimento sustentável e o papel do Estado, Compras públicas como instrumento de políticas públicas 4. Os distintos olhares sobre a vantajosidade, Compras públicas sustentáveis: conceitos, características e critérios Compras públicas inovadoras, Compras públicas compartilhadas 5. Planejamento e gestão das compras públicas, Governança de compras públicas, Gestão de riscos das compras públicas, Fiscalização das compras públicas 6. Compras públicas: desafios e oportunidades, melhores práticas e apontamentos contraproducentes no setor de compras públicas; Estágios evolutivos das compras públicas no CBMPA.

Referencial Bibliográfico:

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art.37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 22 jun. 1993.

BRASIL. Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019. Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

BRASIL. Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Diário Oficial da União, Brasília, 14 dez. 2006.

BRASIL. Lei nº. 12.462, de 4 de agosto de 2011. Institui o Regime Dife-

renciado de Contratações Públicas - RDC; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 4 ago. 2011.

BARACCHINI, S. A inovação presente na administração pública brasileira. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, abr./jun. 2002.

BATISTA, M. A. C.; MALDONADO, J. M. S. de V. O papel do comprador no processo de compras em instituições públicas de ciência e tecnologia em saúde (C&T/S). Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 681-699, ago. 2008.

REIS, Paulo Ricardo da Costa; CABRAL, Sandro. Para além dos preços contratados: fatores determinantes da celeridade nas entregas de compras públicas eletrônicas. Revista de Administração Pública, v. 52, p. 107-125, 2018.

ROCHA, Leandro Moreira da. Execução orçamentária da Secretaria de Estado de Governo: relação de valores comprometidos em contratos com a eficiência da execução orçamentária. Monografia apresentada ao curso de Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental da Fundação João Pinheiro, para a obtenção do título de especialista, 2018.

SANTOS, M.; CASTRO, R. O papel da Contabilidade aplicada ao setor público na tomada de decisões. XV convenção de contabilidade do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, de, v. 26, 2015.

SORTE, Victor Alves Boa; JÚNIOR, Francisco Lopes Cançado. O uso do pregão como ferramenta de redução dos gastos com contratações da Caixa Econômica Federal: 2005 a 2007. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2009.

TIMARCO, Jose Marcelo. Economicidade nas compras por meio do Pregão na Universidade de São Paulo – USP.2007. Disponível em: <http://www.iqsc.usp.br/iqsc/administracao/contabilidade/uploads/site%20economicidade%20compras%20pregao.pdf>. Acesso em: 15 set. 2007.

VILHENA, Renata Maria Paes de; HIRLE, Ana Luiza Camargo. Gestão de compras e qualidade do gasto público: A experiência de Minas Gerais com o planejamento de compras e a integração da gestão de compras à gestão orçamentária. VI Congresso de Gestão Pública /Centro de Convenções Ulysses Guimarães, p-2-23, 2013.

08-Disciplina: Gestão Orçamentária e Financeira - 40 h/a

Objetivo: Preparar o aluno para atuar na atividade orçamentária e financeira, com o intuito de aperfeiçoar a gestão dos processos de despesa pública.

Conteúdo: Princípios orçamentários; Orçamento programa; Quadro de Detalhamento de Quotas Quadrimestrais – QDQQ; Dotação Orçamentária; Créditos adicionais: suplementares, especiais e extraordinários; Classificação da Despesa: quanto a sua natureza orçamentária e quanto a sua natureza econômica; Execução de Despesas: empenho, liquidação e pagamento; Regime de adiantamentos: diárias e Suprimento de Fundos; Restos a Pagar; Despesas de Exercícios Anteriores – DEA; Linguagem contábil do orçamento público (sistema de escrituração); Tributos: impostos, taxas e contribuições; Obrigações tributárias do órgão público: retenções e recolhimento; Balançotes: orçamentário e financeiro; Responsabilidade Fiscal; Referencial Bibliográfico:

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas: Fundamentos e Práticas de Planejamento, Orçamento e Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal. 1º ed. Brasília: 2006.

BRASIL. Presidência da República. Normas de Finanças Públicas voltadas para Responsabilidade na Gestão Fiscal. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

BRASIL. Presidência da República. Normas Gerais do Direito Financeiro para elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, Estados e Municípios. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

BRASIL. Ministério da Economia: Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP. 9º ed. Brasília: 2021.

TEIXEIRA, Alex. Escola Nacional de Administração Pública: Gestão Orçamentária e Financeira. 1º ed. Brasília: 2016.

09- Disciplina: Estatística Aplicada a Segurança Pública - 25h/a

Objetivo: Possibilitar a aprendizagem de conhecimentos com vistas a análise e sistematização dos dados relativos à Segurança Pública e Defesa Social, utilizando raciocínio estatístico adequado, sob os enfoques quantitativo e qualitativo; de forma a orientar as ações a serem desenvolvidas na área de atuação Bombeiro Militar, possibilitando também, a sistematização da coleta de dados para a pesquisa de trabalhos institucionais.

Conteúdo: Conceitos Fundamentais; Fases do levantamento estatístico; Séries estatísticas; Representação gráfica; Séries de distribuição de Frequências; Medidas de Posição ou Tendência Central; Medidas de Dispersão; Noções de Análise de Regressão e Correlação, coleta de dados.

Referencial Bibliográfico:

FONSECA, J. S. da., MARTINS, G. de A.- Curso de Estatística. São Paulo: Atlas, 1995.

MARTINS, G. de A., DONAIRE, D. - Princípios de Estatística. São Paulo: Atlas, 1995.

TOLEDO, G. H., OVALLE, I. I. - Estatística básica. São Paulo: Atlas, 1996.

VIEIRA, S., LOFFMANN, R. - Elementos de Estatística. São Paulo: Atlas, 1995.

10- Disciplina: Planejamento Público: Estratégias com PPA, LDO e LOA - 25h/a

Objetivo: Prover aos discentes conhecimentos teóricos introdutórios sobre os instrumentos de planejamento da administração pública: PPA, LDO e LOA de forma a proporcionar entendimento de sua aplicabilidade, operacionalização e acompanhamento, no contexto do Estado do Pará e da Corporação.

Conteúdo: Integração Planejamento-Orçamento, Evolução Conceitual do Orçamento Público, Apresentação dos instrumentos de planejamento: Plano Plurianual, (PPA), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), apresentação dos instrumentos de planejamento do Estado do Pará, acompanhamento da execução físico-financeira do PPA no âmbito da Corporação através do SigPLAN noções básicas.

Referencial Bibliográfico:

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Orientações para Elaboração do Plano Plurianual 2016-2019. Brasília: MP, 2015.